

O TEXTO HISTÓRICO ENTRE A FICÇÃO E A LITERATURA

THE HISTORICAL TEXT BETWEEN FICTION AND LITERATURE

Cesar Augusto Neves Souza **1**

Resumo: O Presente artigo tem por objetivo fazer uma análise entre a história e a literatura. Embora a história se deparando com alguns problemas de definição e tendo a pretensão de retratar os fatos, a construção historiográfica ocorre enquanto texto. Também existe a questão da linguagem que é outro elemento delicado pois torna o texto manipulável. Este artigo pretende traçar as linhas divisórias entre a história e a literatura. Para a argumentação recorremos a teóricos como Paul Ricoeur e suas contribuições no campo da narrativa e tempo filosófico, e também teóricos como: Salvatore D'Onofrio e Umberto Eco. Foram utilizados o método histórico comparativo e as contribuições dos teóricos Anselmo Peres Alós e Sandra Nitrini. Outros como Sandra Pesavento e Ivan Teixeira foram fundamentais para a compreensão das semelhanças e diferenças entre História, tempo e narrativa literária.

Palavra-chave: História. Literatura. Narrativa.

Abstract: This article aims to develop an analysis between history and literature. Although history has faced some definition problems and has the pretension to portray the facts, the historiographic development occurs as a text. There is also the language issue which is another delicate element as it makes the text manipulable. This paper aims to trace the division lines between history and literature. To discuss it, we consult some theorists as Paul Ricoeur and his contributions to the narrative and philosophical time field, and also the theorists Salvatore D'Onofrio and Umberto Eco. The historical comparative method was used, as well as the contributions of other experts such as Anselmo Peres Alós and Sandra Nitrini. Sandra Pesavento and Ivan Teixeira were fundamental to understand the similarities and differences between History, time and literary narrative.

Keywords: History. Literature. Narrative.

1 Mestrado em Letras. Linha de pesquisa: Estudos Literários. Pós-graduação em Ensino de História pelo Instituto FAVENI. Possui graduação em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins. E graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins .
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1668449531222256>. E-mail: cesarneveshst@gmail.com

O Texto Histórico entre a Ficção e a Literatura

A narrativa histórica se estabelece por meio da análise de acontecimentos e fatos. No entanto, é através da narrativa que buscamos compreender a natureza das coisas que nos cercam. Por isso, o questionamento sobre as problematizações que envolvem as relações que existem entre as formas de narrativas para com o acontecimento em si. Posto que, a história tem a pretensão da busca pela verdade dos fatos. E considerando o texto enquanto narrativa, levanta-se a seguinte questão: até que ponto a utilização da linguagem pode oferecer ao fato histórico características semelhantes à narrativa literária? Muito se tem questionado sobre o paradoxo histórico que existe entre o acontecimento e a narrativa, como também, até que ponto a linguagem pode aproximar da essência da realidade. Caso esta aproximação não aconteça, a história se assemelha à literatura. Estas questões nos apresentam como balizas, a fim de, compreendermos os espaços que são compartilhados entre a história e a literatura. Além do mais, apesar das múltiplas narrativas que circulam sobre um fato histórico, e diversas vezes associando a um evento linguístico, a história contrapõe esta corrente em arrogar para si a objetividade do acontecimento, estreitando sua relação para com o fato. De qualquer modo, tanto o historiador como qualquer outro estudioso do assunto gravitará em torno desse dilema. O dilema é entender se a história se utilizando das 'vestes' literárias não a descaracterizará enquanto ciência histórica. Temos então que a história, encontra-se em um verdadeiro paradoxo.

Ao pensar sobre os conceitos que pairam sobre a história, percebemos que existe sobre esta um problema de definição. Notamos que a mesma se encontra em uma interseção entre a arte, filosofia e a ciência. Entretanto, analisando-a como ciência não podemos negar seu compromisso com a objetividade dos acontecimentos. Todavia, os fatos estudados precisam ser organizados dentro de uma narrativa. É neste processo de organização dos acontecimentos por meio da narrativa que a aproxima da narrativa literária.

Silvana Seabra Hooper em seu trabalho sobre a escrita de Sérgio Buarque de Holanda refere que o historiador estaria submetido ao campo das letras. (HOOPER,2007, p.26) Hooper ainda diz: "Nesse sentido, os textos históricos não revelam os objetos de que tratam, mas constroem seus objetos em si mesmos, enquanto textos". (HOOPER, 2007, p.26). Nesta frase Hooper deixa subjacente as similitudes que o texto histórico possui com a ficção literária. O dilema a ser enfrentado pelo historiador é palmilhar um terreno que se encontra entre a forma e o conteúdo. Ou seja, enriquecer o vocabulário conferindo ao texto uma boa escrita, e por consequência, se distanciar da objetividade do fato, ou mesmo reduzir o vocabulário se preocupando mais com o fato em si. Posto que, a objetividade do fato pode levar o historiador a despreocupar-se com o estilo da escrita, embora, se tenha a preocupação de que a linguagem é o meio de compreender o objeto a ser estudado. Porém, aqui, o historiador encontrar-se em meio a um dilema, que: se tudo é linguagem e os fatos não passam de fenômenos linguísticos, A história se aproxima, deste modo, da literatura enquanto narrativa. E, se a partir de então, os fatos históricos possam ser componentes dos recursos da linguagem, aumentam, portanto, as possibilidades de anacronismos. Como também o esvaziamento da história enquanto ciência.

É um hábito comum dos historiadores recorrerem ao contexto a fim de explicar algum acontecimento. Desta forma, o contexto se transforma em um campo, pelo qual tudo pode ser explicado. O contexto serve como um suporte ao historiador onde tudo é remetido. Este nos apresenta como uma realidade rígida e comprovável. Entretanto, a utilização da linguagem por meio da narrativa, faz com que este contexto passe a ser manipulado pela linguagem ou pelos interesses e tendências do pesquisador. Ademais, a linguagem também se transforma em um mito, pelo qual, tudo se explica. Logo, assim como o contexto passível de ser interpretado inúmeras vezes, a corrente que deposita na linguagem seu sustentáculo da verdade, igualmente incorrerá em um terreno inseguro. Sobre a relação entre a História e a Literatura, temos, nesta citação indireta:

A relação entre história e literatura nem sempre foi um encontro problemático. A concepção de história do século XVIII se assemelhava a um gênero literário e a arte da argumentação, e não necessariamente a um tratado de investigação. (HOOPER,p 45-47. 2007)

A linha que separa a narrativa historiográfica da narrativa literária é muito tênue. A história por seu turno possui duas características importantes, primeira que é a da investigação e o esforço intelectual de reconstituir o passado, e a segunda consiste no ato de narrar os acontecimentos. Assim sendo, a história é portadora de uma objetividade enquanto ciência, e por outro, aproxima da arte enquanto narrativa. Todavia, a ruptura entre a história e a literatura acontece somente no século XIX. A partir de então, há um forte engajamento em aproximar a história da ciência. Essa aproximação é tributária do progresso científico, traço central do século XIX. É neste contexto que favorece o surgimento de um novo gênero, o romance moderno. A história do século XIX é assinalada por uma linguagem direta e objetiva. É a partir destas duas características que vai se consolidar a história enquanto ciência. Por conseguinte, a exigência com os padrões científicos acabou por tirar da história a preocupação com a narrativa.

O papel da narrativa seria responsável por atrair o leitor. Os acontecimentos outrora desordenados, pela narrativa, estariam agrupados por uma linha harmônica. Desta maneira, há uma interdependência da história para com a narrativa. A história não existiria sem o texto. Por meio da narrativa o leitor e o texto histórico podem se unir. Já o texto literário, acontece algo parecido. O autor ordena os acontecimentos imaginados por ele, e dentro da narrativa, cria um mundo possível ou impossível. Tanto a história quanto a literatura utilizam-se da arte de narrar fatos, acontecimentos e episódios. Tanto uma como a outra exigem do leitor a arte da imaginação.

O filósofo francês Paul Ricoeur compreende a narrativa como uma ferramenta, pela qual o homem utiliza a fim de entender o mundo a sua volta. É por intermédio da narrativa que o homem se relaciona com seu cosmo. A narrativa é, portanto, um modo de mimeses. Para construir seu argumento Ricoeur busca nos matizes filosóficos de Santo Agostinho e na Poética de Aristóteles, fundamentos teóricos para o desenvolvimento de sua obra Tempo e Narrativa. Afirma, citando Aristóteles que a arte é uma representação do real. Porém, a mimeses, para Ricoeur, não é uma simples imitação, mas uma forma do homem construir e conceber seu tempo. Então, todo período presente na narrativa é um tempo temporário. (RICOEUR,1994. p.15). Segundo o filósofo, a atividade narrativa ocupa um lugar intermediário entre o homem e o tempo. A tal ponto, que o tempo só se torna tempo humano na medida que ele é organizado por meio de uma narrativa. Fora dela, o tempo se torna inexistente. Portanto, qualquer impulso humano de tentar entender o tempo, é também uma forma de mimeses operando por meio da narrativa. Narrar é um impulso natural do ser humano. Estamos a todo tempo querendo entender os mistérios do mundo, as razões dos acontecimentos, procuramos contar histórias e imitar a realidade. Em outras palavras, é por meio da narração que organizamos o caos do nosso mundo, e transformamo-nos em um mundo mais inteligível. Narrar é uma forma de reativar a memória, quando buscamos lembranças de coisas passadas, estamos por esta via, reativando nossa memória sobre as coisas, e não pelas coisas em si. Ademais, o tempo em si é impossível de medir. Segundo Ricoeur o princípio da medida do tempo está na alma e não em cronômetros ou quaisquer parâmetros físicos. A diferença do tempo para a eternidade é que a eternidade é estável, e o tempo humano, instável. Ocorrências acontecem e dão origem a outros acontecimentos, criando, contudo, uma linha de sucessão temporal. E o homem por meio da linguagem e da narrativa, manipula este tempo, dividindo-o em coisas passadas e acontecimentos vindouros.

A história é o resultado das ações individuais ao longo do tempo, e, portanto, reflete e os processos humanos ocorridos de forma cadenciada, sujeita a um ciclo de tentativas de acertos e erros. (BLOCH,2001) O presente, por conseguinte, se ancora sobre as múltiplas experiências do passado. Dentro desta ótica, a concepção de história é sempre realizada partindo do diálogo entre o passado e o presente. O passado se revela então como tutor do presente. Posto que, o passado pode ser entendido a partir das indagações do presente.

O tempo histórico é sujeito à rupturas e permanências, a ação humana é construída dentro de uma teia de circunstâncias, na qual, ocorrem, muitas vezes, sem seguir um padrão lógico de causa e efeito. O passado mostra-nos que os conflitos entre os seres humanos sempre estiveram presentes na história dos homens. Este passado levanta-nos a questão de que a confiança na ação política seria insuficiente para garantir o gozo pleno da felicidade humana. Embora, a busca pela felicidade sempre esteve presente nos anseios mais profundos da existência humana. Ademais, adotamos o pessimismo cristão, que supõe todo homem como um ser egoísta e com tendências naturais ao

mal. Entendendo a complexidade da natureza humana e suas tensões de vulnerabilidade diante da vida, compreende-se que qualquer tentativa de implantar uma utopia, por certo, incorrerá em desastre. Compreendemos que a história deve ser analisada a partir da compreensão que nasce da reflexão entre o passado e o presente. E que as etapas históricas são sucessivas e se agitam de acordo com o movimento natural dos eventos humanos. O fluxo natural destes acontecimentos, não estão vinculados a uma linha progressiva, pela qual, nasce a crença de que o futuro seria melhor do que o tempo passado. Portanto, as etapas históricas se entrecruzam a tal ponto que o tempo passado e o tempo presente estão sujeitos ao curso natural dos acontecimentos humanos. Ou seja, não existe uma baliza concreta que divida o passado do presente, mas ambos, estão entrelaçados um no outro.

Esta compreensão é fundamental, para lançar as bases teóricas que sustentarão os estudos e as relações entre história e literatura. Então, a história para existir na consciência do indivíduo, é preciso que antes de tudo, exista na forma de narrativa, seja pelo texto ou pela oralidade. O texto é um suporte de memória onde pode preservar certos acontecimentos, que de outra forma estariam suscetíveis à fluidez do tempo, das limitações e fragmentações da memória humana. Até mesmo nas sociedades ágrafas, a oralidade é uma forma de preservar as tradições, pelas quais são repassadas de gerações em gerações por meio de mitos, contos populares e folclores. Por este modo, a literatura também é uma forma de preservar a história.

Tanto em sociedades literárias quanto ágrafas o processo de contar histórias passa por um conjunto de métodos, ora racionais, ora míticas, tais como: as diversas formas de narração, seja por meio de contos, folclores, músicas populares, ou por meio de um ensino sistematizado. Um bom exemplo deste saber sistematizado é a historiografia do século XIX, ela era objetiva e pretendia oferecer sentido ao mundo a partir de seu ideal de cultura. Cada época é entendida dentro de seu ideal de história. No decorrer do século XX muitos historiadores levantaram a discussão da necessidade de pontuar os fatos históricos. Essa discussão chegou a um ponto, que durante o século XX mudou-se a forma de escrever a história e de elaborar narrativas, fugindo dos antigos padrões convencionais do positivismo. Dentro desta forma de pensamento, a produção historiográfica seria uma busca incessante, tanto na produção de sentido, como a de lançar uma estética à história humana. Uma reflexão que une o racional ao empírico.

Sobre a relação entre história e historiografia há um dilema que divide muitos estudiosos. Primeiro, existe um grupo que entende que a linguagem seja o tecido principal dos acontecimentos históricos. Este grupo percebe a historiografia como formas de linguagens que configuram uma narrativa. Seguindo esta linha de pensamento, a produção historiográfica se confunde com a literatura, ao passo que afasta dos acontecimentos em si. Antes da história se consolidar como ciência no decorrer do século XIX, ela já se enleava com a literatura lá pelos meados do século XVII E XVIII. No entanto, a aproximação da história com a literatura, a esvazia de seu compromisso científico com os fatos, buscando de antemão a verossimilhança com o real. Tanto pela história quanto pela literatura é impossível alcançar a realidade concreta dos acontecimentos. Ambas, portanto, encontrarão na verossimilhança seu ponto de encontro.

Por outro lado, a corrente que se aproxima mais dos acontecimentos também padece de problemas. A preocupação com o fato em si, se limitando a descrevê-lo, deixa de lado o papel da narrativa. Sendo que é por meio da narrativa que compreendemos e definimos a realidade. Observe que a historiografia e a escrita literária estão sob o domínio da razão humana. Mas, a história enquanto conjunto de acontecimentos está fora da consciência individual humana. Todavia, quando são dispostos ordenadamente dentro de uma linha narrativa, os acontecimentos que estão fora da consciência passam a estar sob o domínio da razão humana.

A história se sustenta sob dois pilares conceituais, o pilar científico e pilar artístico, que se vale da narrativa. Ademais, há teóricos que focalizam mais os aspectos da narrativa. Tal preocupação com a narrativa poderá colocar a objetividade em segundo plano. Neste aspecto a história passa a adquirir tonalidades literárias. E conseqüentemente, as bases científicas que torna a história uma ciência são despersonalizadas. Por conseguinte, é inviável conceber a história sem o material narrativo. Embora, buscando uma história com mais ênfase no fato em si, ela está vinculada à narração. E uma vez colocada dentro desses dois parâmetros, narrativa versus o fato em si, a história parece como um sino a pendular entre a arte e a ciência, ad infinitum.

O crítico literário Salvatore D'Onófrío define narrativa como "Todo discurso que nos apresenta uma história imaginária constituída por uma pluralidade de personagens, cujo os episódios de vida se entrelaçam no tempo e no espaço determinado." (D'ONÓFRIO, p.53.1999). Existem formas variadas de narrativas, tais como: o romance, o conto, a novela, o poema épico, o alegórico e outras formas de literatura. Ao passo que, de acordo com as formas de linguagens que sustentam uma narrativa podemos citar: a linguagem oral, escrita, por imagem fixa ou móvel, e por gestos. Para tanto, D'Onófrío distingue duas correntes narrativas, as quais ele separa para fins didáticos, que é o plano do discurso ou narração e o plano da fábula ou da diegese, considerado também como plano do enunciado. Ainda pensando na narrativa, se faz necessário sublinhar um dos problemas apresentados que é a separação entre autor e narrador.

Toda obra literária é fruto da mente de um autor, no entanto, é importante saber que no campo da narrativa, o narrador nunca é o autor, e sim, fruto de sua narração. Mesmo que o autor construa uma personagem contendo todos os traços de sua personalidade, ainda sim, será uma obra de ficção. Compete analisar que as ideias e sentimentos contidos na alma do narrador, não são necessariamente as mesmas do autor. E mesmo que fossem, seria uma obra de ficção. Como nesta citação, a seguir: "Quem fala na narrativa, não é quem fala na vida." (DÓNÓFRIO, p. 55. 1999) Desta forma, o 'eu' do autor não é o mesmo 'eu' do narrador. E mais adiante: "O autor pensa o mundo da realidade histórica, e o narrador a do universo imaginário." (DÓNÓFRIO, p. 55. 1999) O autor que está envolvido no processo de criação de uma obra, ainda por este modo, não a tornará por si mesma em literatura. A literalidade de um texto se substancializará quando o leitor completar o circuito entre: Autor, texto e leitor. Destarte, este processo se divide em dois planos, primeiro: o plano da realidade concreta, em que estão presentes, o autor e o leitor. E segundo plano o da fantasia, na qual, estão presentes o narrador, a mensagem e o receptor.

Voltando a falar da relação entre a história e a literatura, cabe-nos refletir sobre o papel do mito como formas de narrativas. O escritor Luiz Costa Lima, autor do livro História, Ficção e Literatura diz: " O mito oferece uma explicação para as relações que o grupo privilegia, para suas instituições e costumes, para a natureza que cerca o homem". (LIMA, p.15.2006) A primeira linguagem que se destacou, antes mesmo da linguagem histórica e do pensamento racional, foi a linguagem mítica. E uma das funções da linguagem mítica era livrar-se do esquecimento. O mito não tem por objetivo construir hipóteses sobre o mundo, mas, compreendê-lo, explica-lo e organiza-lo. O mito, sobretudo, apresenta ser a verdade. A verdade presente no mito atua na consciência humana como um sino, sempre lembrando aquilo que é essencial para a experiência humana. Por esta via, as sociedades antigas, antes do desenvolvimento filosófico, buscavam lembrar os grandes feitos humanos por meio das narrativas mitológicas. Como nas tragédias gregas onde a exaltação das realizações humanas é mais importante do que as personagens. A poesia, portanto, funciona como um ornamento às situações que de outro modo pareceria insensato.

A memória dos antigos gregos estava de certa forma relacionada aos mitos. Somente a partir de Heródoto e Tucídides que há uma ruptura com a antiga forma de contar histórias. Então, desde a Idade Antiga que existe essa comparação entre Poesia e História. Entretanto, esta discussão não foi inaugurada pelo historiador Hayden White que criou um alvoroço no meio dos historiadores contemporâneos com a afirmativa de que a historiografia não se diferencia da narrativa literária. Esta comparação pode causar incômodos nos debates atuais, todavia, vale ressaltar que a identificação da História para com a ciência é um fenômeno recente em nossa cultura. Somente a partir do século XIX que houve a aproximação entre a história e a ciência, e o distanciamento para com a literatura. Como está declarado na seguinte citação:

"Reluta-se em geral em considerar as narrativas históricas em que são mais declaradamente: ficções verbais, cujos os conteúdos são tão inventados como achados, e cujas as formas tem mais em comum cos seus correlatos na literatura do que nas ciências." (LIMA apud WHITE, p18.2006)

O que Hayden White citado por Costa Lima pretende afirmar é que o historiador envolvido na tarefa de narrar um acontecimento, termina ficcionalizando-o. É um trabalho pelo qual o historiador não conseguirá evitar. Desta maneira, a narrativa histórica não é diferente da narrativa

literária. Então, podemos denotar que o relato de Auguste Saint Hilaire, cujo a obra será analisada neste trabalho, também está preso a estes problemas teóricos que fazem parte da arte de narrar. Mesmo que o viajante procure relatar o que realmente observou e vivenciou, ainda sim, sempre haverá uma área de escape cujo a linguagem será incapaz de abordar.

Abordagem comparatista

É importante descrever o método que utilizado neste trabalho, que é o método analítico-comparativo. Para tanto, é necessário explicar o que é o método comparatismo. Portanto, recorreremos ao professor Anselmo Peres Alós, a fim de entender os conceitos existentes sobre o comparatismo. Os estudos comparatistas pressupõem um amplo conhecimento sobre diversas culturas. O surgimento dos estudos comparatistas acontece na consolidação dos Estados Nacionais, logo, nota-se a relação que este estudo tem com o conceito de identidade e de nação.

Sobre a questão da identidade contamos com a contribuição da historiadora Sandra Pesavento. Ela argumenta que todo grupo possui um padrão identitário, ou seja, existe uma referência em comum que oferece a todos os indivíduos de um determinado grupo social. Estas referências fixam estereótipos, constroem estigmas, definem papéis e pautam comportamentos. Isto acontecem desde os pequenos grupos sociais até sociedades inteiras no interior de uma nação. A identidade é um processo tanto pessoal como coletivo, é por este padrão que as pessoas se definem e se reconhecem como pertencentes a um grupo. A nível de país podemos refletir o papel tanto da história como da literatura na formação destes processos identitários. Em primeiro momento a história e a literatura passam pelo crivo das representações. Se são representações, os estereótipos e estigmas e todo o imaginário de uma sociedade estarão representados na literatura. Observem o seguinte trecho:

“Por outro lado, as representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, e sim pela capacidade de mobilização que proporcionam, ou pela credibilidade que oferecem.” (PESAVENTO,1998 p.19)

Pesavento afirma que a credibilidade de uma representação e a capacidade de influenciar pessoas é mais importante do que a sua veracidade ou autenticidade. A constituição de uma identidade ocorre como resultado de uma demanda que nasce de um inconsciente coletivo. É desejo de qualquer comunidade buscar suas origens e explicar seu passado. Então, tanto a história quanto a literatura servem como caminhos para a construção de seu passado, que perpassa pelo mito de fundação, e pela formação de uma nação. É neste contexto que a história e a literatura apresentam caminhos diferentes, mas que se convergem na composição de um imaginário e na formação de uma nação.

Uma vez que a Literatura faz parte da identidade de uma nação, os estudos comparados exigem conhecimento para além de suas fronteiras nacionais. Este estudo, requer do estudante um conhecimento cosmopolita. O comparatismo é o estudo de diversas literaturas, logo, de diversas culturas. Anselmo Peres Alós vai afirmar que a escola americana que adota os estudos comparatistas, rompe com a escola francesa ainda marcado pelo historicismo e positivismo.

O comparatismo aborda diferentes estratégias e métodos dentre os quais poderemos analisar: as influências, as referências de fontes, processo de estruturação das obras ou texto de um mesmo sistema literário. Carvalhal vai dizer que a literatura comparada não se resume a apenas a comparação, posto que a comparação não é um método específico e sim um procedimento mental que favorece a generalização ou a diferenciação. O ato de comparar objetos e acontecimentos é própria da natureza humana. Tais comparações são importantes para a organização da cultura e do pensamento. Quando criticamos ou analisamos estamos sempre ordenando acontecimento e fatos. E só depois das análises comparativas que formamos nosso juízo de valor. O comparatismo utiliza-se da prática analítica e interpretativa. Desta forma, podendo ser um método, embora a Carvalhal afirme que o comparatismo é mais um procedimento mental do que um método específico. Os estudos comparatistas são reflexos de que não existem culturas isoladas. Até mesmo os viajantes do

século XIX no rol das ciências naturais podem ser caracterizadas como um fenômeno comparativo. A prática comparativa está nas bases procedimentais de suas missões científicas. Como, portanto, embutido no próprio conceito de fabuloso e exótico. Posto que, nas entrelinhas da busca pelo exótico, subtede-se a comparação com aquilo que não é exótico, ou seja, natural.

Já a autora Sandra Nitrini busca explicar os conceitos de imitação e o conceito de influência. É corrente numa abordagem contemporânea sobre a literatura comparada a supressão da palavra influência, posto que, seja um termo que remeta uma hierarquização carregada de juízo de valor que uma obra ou um autor exerce sobre outro. Este cuidado é devido a literatura comparada surgir no apogeu das ideologias científicas do século XIX. Entretanto, a influência é a soma das relações de contato de qualquer espécie entre um emissor e um receptor. Ou mesmo numa obra, cujo o resultado tenha caráter autônomo e independente, e que, pela intuição seja possível notar a semelhança com outras obras, embora mantendo uma personalidade própria. De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa; Dicionário Brasileiro Globo expõe que influência é o poder que uma pessoa (no caso, uma cultura, ou uma nação) exerce sobre outra. Portanto, este poder pode ocorrer de mão dupla, haja vista que numa relação de contato há um jogo de *soma não zero* de ambas as partes. Isto é melhor compreendido nos estudos das culturas, no qual verifica-se as trocas comerciais e culturais que permearam a história da humanidade. Em poucas palavras: nunca houve uma cultura inteiramente isolada.

A influência segundo Nitrini pode coincidir com o significado de imitação. A Imitação é quando um texto contém: elementos materiais, traços de composição e episódios procedimentais de uma determinada obra que estão presentes em outra, isto seria uma imitação. Já a influência denuncia que houve uma transmissão menos material e difícil de apontar. Por fim a influência é aquilo que modifica a percepção do artista, já a imitação é quando certos procedimentos ou marcas de outras composições estão presentes na própria obra. (NITRINI, 2010).

Não é tarefa fácil descrever os antecedentes criativos de uma obra de arte, ou o exato nível de influência de um autor sobre outro. Mesmo assim, há diferentes manifestações de influência. Nitrini vai trabalhar com alguns autores como Paul Valéry e Guillen. Para este último a influência parte primeiro da experiência do autor que desenvolve no âmbito da criatividade. Ou seja, há elementos a serem considerados que não se reduz a tarefa de descrever os traços de uma determinada obra que estão presentes em outra. Esta semelhança entre duas obras pode ser imitação. Entretanto, partimos de uma concepção atual que a originalidade deve ser confundida com novidade. Ser original é não ter nenhuma semelhança com obras passadas. Porém, analisando os processos cognitivos e de como funciona o cérebro, observa-se que todas as nossas criações partem de concepções, modelos de coisas ou de eventos passados. No qual, assimilamos e acrescentamos algo que é nosso. Portanto, criatividade como novidade não passa de um mito que alimentamos.

No campo dos estudos comparatistas, há três conceitos importantes: Há o conceito da imitação, da influência e o da tradução. Segundo Guillen a influência vem de ideias, valores e conceitos que recebemos de outras obras. Portanto, esta influência obedece alguns níveis. Aumentando o grau da influência pode-se chamar de imitação, e quando todos os elementos de uma obra se fazem presentes em outra, denomina-se tradução. A tradução é o nível completo de influência. O ato de buscar uma influência é uma forma de originalidade, tendo em vista que não existem autores absolutamente originais Toda a ação humana e a construção de nossa personalidade, se forma a partir do encontro com o outro. Desta forma, estende-se para a cultura. O desejo de ser original é o pai de todas as imitações. (VALÉRY apud NITRINI, 2010, p. 135).

A ideia de originalidade está ligada ao ideal de inspiração e a poderes divinos. Porém, a questão da originalidade como 'marca própria' que podemos notar em um texto, no qual, se encontra a marca do autor. Este conceito está ligado a aspectos individuais, nacionais e temporais. Por conseguinte, esta questão individual vai ganhar força no romantismo que exige que a personalidade do autor esteja representada na obra. É a partir desta representação que se poderá medir o nível de originalidade. Um dos traços do romantismo é o culto ao indivíduo, é uma corrente filosófica e histórica pela qual compreende o mundo como um grande espírito que brota do interior de cada indivíduo, e que o mesmo está interligado com o mundo a sua volta. O universo é para o romântico como uma projeção do indivíduo. Uma das problemáticas desta concepção é considerar

a obra desvinculada tanto das tradições como do passado. Neste conceito, é como se as técnicas, as ideias agissem separadamente de todo legado passado, e brotasse do interior do indivíduo.

É desta forma que a originalidade como ‘novidade’ perde espaço para o outro conceito de originalidade como ‘marca própria’. Neste novo conceito a originalidade acontece quando o autor tem uma capacidade de modificar uma técnica. Em um artista podemos observar dois elementos básicos que se encontram combinados: de um lado o esforço criador, e do outro o condicionamento da época. Entretanto, para ressaltar a originalidade como ‘marca própria’ que são heranças que recebemos de conhecimentos passados, destacamos a alteridade que é o olhar do outro. Todo processo criativo nasce desta concepção e se constrói a partir do outro.

A literatura e a narrativa

A literatura é um testemunho eloquente porque nasce da observação humana. Pois o escritor aborda em seu texto os conflitos, relações e características da realidade observada. O mundo da literatura é o mundo do humano, logo é um mundo concreto. Quando narramos coisas e fatos, tecemos inconscientemente tais episódios dentro de uma narrativa organizada por nós. Conquanto que a narrativa organizada seja incapaz de abranger toda a dinâmica da realidade narrada, ela nasce da experiência humana. Então, podemos dizer que a literatura nasce da realidade humana. Em nossa imaginação há um grande repertório de experiências. Há um ‘lugar comum’ entre a experiência, imaginação e literatura. A leitura de um texto literário pode-nos levar a pelo menos a dois estágios, primeiro, a de consideramos como algo apartado da realidade restrito ao mundo da ficção. Segundo, quando a história passa a desenvolver em nós um processo de autorreflexão¹. O texto adquire nova dinâmica quando o olhar do leitor obtém novos significados e possibilidades. Embora, as personagens de uma trama não existem de fato no mundo do real, todavia, elas existem enquanto estereótipos, gestos, intenções, modelos de comportamentos, sentimentos, angústias, esperança, alegria, ordem ou caos.

Sem esse encontro qualquer texto não passa de um agrupamento de letras mortas². O texto literário é o viaduto pelo qual liga o autor ao leitor, formando uma tríade: “Escrita, texto e leitor” (PESAVENTO, 2006) Para o historiador que pretende adotar a literatura como fonte documental, alguns critérios devem ser observados. Ei-los: Primeiro; é preciso considerar o processo da escrita. Então, algumas perguntas são importantes, como: quem escreve, de onde escreve e qual a linguagem utilizada. Segundo; temos o texto: O que se fala e como se fala. Por fim temos a leitura, sobre o qual, sempre é importante investigar a postura e contexto de quem recebe o texto. A literatura consegue reunir dentro de seu tempo narrativo parte de um contexto histórico, incluindo o individual, poético até mesmo político, filosófico e social.

A literatura em si não se resume ao texto escrito. Ou seja, o texto propriamente dito não é literatura. A literatura é muito mais do que isso. Ela é volátil e encontra domicílio nos olhos do leitor que a interpreta e confere significados. A literatura é sobretudo o próprio imaginário. Tomando de empréstimo o conceito da dialética hegeliana, e uma comparação um tanto metafórica, podemos aventurar-nos do mesmo modo que a semente de feijão a partir da negação do seu estado original de semente, se torna um broto, até vir a ser um pé de feijão. Podemos então aludir que; embora possa parecer afanoso a comparação, a realidade ‘in natura’ presente na literatura é desenvolvida por meio de uma narrativa, e ao deparar-se com o leitor adquire outras possíveis ‘realidades.’ Assim sendo, um processo de constante negação. E por meio dessas negações vão se construindo representações e significados. Nesta concepção, o texto coloca o leitor imerso em um oceano de possibilidades. O ato de ler é um ato de encontros. Ou seja, é a fusão de mundos e experiência diferentes que se desdobram no ato da leitura. É neste evento que a literatura passa ter existência.

1 Esse processo é chamado de anamnese que consiste no fato do indivíduo ser submetido a perguntas com finalidade de recordar o seu estado interior a fim de facilitar o diagnóstico médico. No campo da literatura pode-se afirmar que as questões levantadas pelo autor no texto, leva o leitor a um estado de profunda reflexão sobre si mesmo

2 Ao analisar um texto o pesquisador deve estar atendo não só ao conteúdo, mas também aos dispositivos materiais que servem de suporte ao texto. O tipo de material no qual é impresso também são importantes para a reflexão sobre as representações.

O livro sem o leitor não existe enquanto literatura. (PESAVENTO,2006) A literatura não existe sem o contato com a sociedade.

Foi a partir da virada histórica que a literatura passou a ser considerada como fonte documental. Antes disso era apenas um apêndice. E mesmo a literatura pertencendo ao universo ficcional, ela pode conter uma verossimilhança com a realidade. E é neste ponto que interessa ao historiador. Pois, adotada como fonte de pesquisa ela oferece ao pesquisador um portal privilegiado de acesso ao passado. Seja pela contemplação do imaginário ou das relações sociais e comportamentais da época. Deste modo, não apenas o artefato, que é o livro, seria um documento, mas de igual maneira as representações ali descritas. A literatura permite observar as particularidades e as relações microscópicas da vida cotidiana. A personagem da obra de ficção pode não existir, porém, os seus modos, sua forma de pensar, as relações ali descritas existem no plano da realidade simbólica. “O imaginário é sempre um sistema de representação sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir.” (PESAVENTO,2006, p. 17). Por este modo, percebemos que o historiador limitado às circunstâncias temporais irrevogáveis, encontra no texto literário uma alternativa de compreender o passado pelo qual pretende estudar.

Entretanto, as limítrofes que separam a história da literatura não param por aqui. Uma outra pergunta surge no cenário do historiador. Como ele poderá investigar através de uma obra “fictícia” o que realmente aconteceu? Quais seriam as fronteiras que separam a realidade da ficção? Sobre esse dilema entre ficção e história apontamos para o que Paul Ricoeur escreve sobre a história ser fictícia na forma como os eventos são organizados dentro de uma narrativa e posta ao leitor. Enquanto a narrativa de ficção se assemelha à história quando os fatos irreais são narrados como fatos passados e apresentados ao leitor. (RICOEUR,1997) A narrativa literária, por sua vez, não tem o compromisso de servir a um propósito. Ela é um fim em si mesma. Para o historiador é apenas um documento, para os ideólogos uma denúncia. Entretanto, a literatura como imaginário não obedece a tais pressupostos. É presunção humana lograr colocar o imaginário sob seu domínio.

A literatura e a história embora possuindo estruturas diferentes compartilham de pontos em comum. O ‘real’ serve de referência tanto para a história quanto para a literatura, as duas possuem a narrativa como seu produto final. A veracidade dos fatos por ser inatingível, tanto para a história como para a literatura, buscam cada uma a seu modo alcançar a verossimilhança. Para a história o enredo está pronto, os acontecimentos não dependem do historiador para existirem, ao passo que, para a literatura o autor se permite criá-lo. O que o historiador precisa então é elaborá-lo e organizar dentro de uma narrativa. Por outro lado, o literato pode dar asas à imaginação e projetar um mundo possível, enquanto a história está presa aos acontecimentos, o que não ocorre com a literatura. Todavia, as coisas não são assim tão simplórias. Mesmo que na literatura não haja o mesmo compromisso com o ‘real’ ela precisa ser tramada dentro de uma teia lógica, ao ponto de parecer real. Deste modo, podemos sugerir que também a literatura deva ter compromisso com o real, só que de outra forma. Por isso, que a literatura, segundo os historiadores, é uma janela importante para visualizar o passado. Nela se pode resgatar o que Pesavento chama de ‘energia’ de uma realidade que já passou. (PESAVENTO,2006, p. 35-36).

A literatura era para história uma ilustração ao longo do século XIX quando a análise de documentos oficiais era a única forma válida para escrever história. No entanto, a partir da virada histórica onde o conceito de documento foi ampliado e novos objetos passaram a fazer parte do panteão historiográfico, foi que o diálogo entre a história e a literatura se tornou possível. Nesta nova conjuntura, a literatura passa a ser um testemunho sofisticado para a história. Muitas indagações podem surgir apontando o caráter ficcional da obra literária. E mesmo fictícia ela é também produto social de sua época. Contudo, enquadrar o texto literário apenas ao contexto histórico é desconsiderar possibilidades e elementos textuais e informativos naturais de outras épocas que são postas pelo autor do texto. Sobre a relação de história e ficção, Bella Josef comenta:

“História e ficção partem de um mesmo tronco. São ramos da mesma árvore [...]. Ambos são formas de linguagem. Os fatos na verdade falam por si. Só adquirem significado depois de selecionados e interpretados, provocando uma familiarização do cotidiano (JOSEF, P. 35)

A literatura como criação artística é por si mesma uma forma de arte, e, por conseguinte, compartilha do conceito de mimeses, no qual, se dá pelo processo de imitação e representação. Teixeira apresenta a mimese artística sob dois focos: a de Platão e a de Aristóteles. Para Platão o processo de imitação possuía caráter negativo pois consistia no ato de copiar algo que por si mesmo era imperfeito. Por outro lado, para Aristóteles a tarefa da imitação artística era uma forma legítima de conhecimento. (TEIXEIRA,2003)

A arte não imita a vida como está afirmado no vulgo popular. Ela imita parcelas da realidade. É desta forma que a literatura como processo mimético da realidade se estabelece, como um grupo de imagens e representações de partes da realidade que busca retratar. O autor do texto literário não compartilha das mesmas prerrogativas do historiador pelo qual a sua narrativa busca ter um compromisso com o acontecido. É a poética dos fatos que conduz a narrativa literária. É a imaginação que reveste sua escrita permitindo inventar uma realidade concebida. Por este entendimento o processo literário se encontra no seio da semântica do mito e da utopia. Toda época possui uma poética cultural que é compartilhada tanto pelo autor como pelo leitor. No processo literário estão presentes a ideia de realidade pretendida pelo autor. Em toda a cultura há que Teixeira chama de gramática da percepção, pelo qual somos 'guiados' por uma identidade artística ou por algum formato de arte consagrado socialmente. Da mesma forma que outras formas artísticas a literatura apresenta uma ilusão de realidade. Teixeira escreve: "Entre a vida e arte coloca-se a linguagem da arte que determina o modo de apreensão de imagens do real a ser imitada pelo artista." (TEIXEIRA, 2003.p.9)

O autor literário reproduz conceitos que são formulados pela poética cultural de seu tempo. Esses componentes presentes no texto nem sempre são frutos de sua genialidade. Como acontece no caso de A Divina Comédia, em que a obra de Dante Alighieri tampouco teria a mesma dimensão poética e simbólica se fosse escrita em outro contexto temporal. Todavia, seria impossível mensurar sua estatura em outra esfera de valor. Dante pode ter construído a narrativa e ter traduzido a consciência religiosa natural de sua sociedade para a história. Todavia, ele não inventou o universo simbólico que o retratou em sua obra literária. Porém, compreende-se que os elementos que compõe a estética literária de A Divina Comédia vão além da genialidade do autor. Do mesmo modo o leitor. O leitor medieval está inserido em um universo simbólico muito diferente de um leitor do século XXI. As percepções do leitor de épocas diferentes podem somar ou subtrair ao valor da obra.

A literatura consiste na dramatização do ato de construir imagens. O autor possui a liberdade de inverter uma personagem ou algum lugar, o que não ocorre com a escrita historiográfica. É a estrutura dos fatos e universalidade dos acontecimentos que motiva o literato. Enquanto o historiador se prende ao singular e ao acontecido. Se por um lado o historiador mimetiza as imagens da vida, o literato, por outro, mimetiza a poesia e uma realidade imaginosa da cultura. Falar de literatura não é resumir-se apenas à obra. É antes de tudo um conjunto de fatores e de sentidos agregados ao longo de sua existência ao ponto de ser considerado como artefato cultural. Uma personagem não é inventada apenas pelo autor do livro. É também por todos aqueles que compartilham suas leituras e conferem sentido à personagem.

Pesavento escreve que o 'real' da literatura se expressa "em cada ato de leitura" (PESAVENTO,2006). A cada leitura há uma nova realidade sendo desnudada. Assim como o autor, o leitor é também reflexo de outras leituras e de outros contextos. A relação autor-leitor é um processo de interação que opera em alta voltagem. Já que o processo de leitura é um palco que permite o encontro de temporalidades e de historicidades diferentes. A leitura é, portanto, a per si, um ato tanto de rompimento temporal como de encontro.

A literatura não apenas permite ao leitor um acesso privilegiado ao imaginário da época, como ela própria se estabelece como um conjunto de imagens. O historiador por sua vez tem a possibilidade de sondar o "abstrato e o não visto". (PESAVENTO,2006). Portanto, muito se pergunta sobre o fato da literatura não ser uma fonte confiável por pertencer ao universo da ficção. Por outro lado, a grande literatura traduz um mundo real, porque possível. E o elemento principal é o imaginário que não significa fantasia. A literatura pode ser uma ficção, mas os temas, as questões sociais, aspectos psicológicos, indagações ali abordadas são reais. E até mesmo as personagens podem não existir no mundo real, porém, pertencem, como bem afirma Pesavento, "ao real do universo simbólico". O diálogo entre história e literatura segue os caminhos do imaginário e das

representações

A história assim como a literatura organiza os acontecimentos pela narrativa, pelo qual é o meio utilizado tanto pela literatura como pela história, a fim de capturar a atenção do leitor. Embora a história compartilhe com a literatura da arte da narrativa, ela se vê no compromisso de apresentar as fontes, ao contrário do texto literário que se caracteriza pelo imaginável. A realidade é o envoltório do historiador, ainda que o 'real' seja a referência tanto para a história quanto para a literatura. A narrativa literária não compartilha do mesmo compromisso da história. O poeta se permite imaginar e recriar o mundo conforme seus desejos. Destarte, a linguagem literária se aproxima do mito, uma vez que o mito não se relaciona com o real, mas com o possível. Em outras palavras; não há um divórcio entre a literatura e o real, mas ela vai além, a de perceber no real a dimensão do possível.

Portanto, para esse diálogo acontecer é preciso repensar as fronteiras que as separam. E relativizar o que é verdade e o que é ficção ou o que é real e irreal. Posto que a realidade dos fatos e a reconstrução exata do passado seja um ponto jamais alcançado pelo historiador, mesmo com todas as estratégias e métodos formulados para este fim, O historiador, pode alcançar a verossimilhança do objeto estudado e daquilo que já aconteceu. Entretanto, a literatura se ocupa em construir o mundo por meio da narrativa, e por meio dela propor algo novo.

Também devemos nos preocupar para o suporte onde são encontrados os textos, como o livro. A este respeito, temos: livros grandes e pequenos, com ou sem figura, letras grandes e pequenas, capa dura ou brochura, livros antigos ou novos, epígrafes, prólogos e prefácios. Todos estes ou mais componentes interferem na relação que o autor tem para com a leitura, influenciando-o na interpretação. Ainda mais:

“Outro tipo de materialidade são as formas de transmissão oral, nem sempre os textos eram lidos individualmente, eram lidos em voz alta, coletivamente e compartilhados com o público.” (NAVARRETE, 2011, p.6)

A leitura era uma atividade coletiva. E com a chegada da modernidade os hábitos foram mudando. A leitura individual é uma construção do período moderno, motivado pela descoberta do indivíduo. É neste período que o homem se descobre enquanto indivíduo, com forte inclinação ao antropocentrismo. E neste contexto brotam ideologias como liberalismo, nacionalismo, cientificismo e etc. São estas ideologias que irão compor o imaginário dos viajantes naturalistas que cruzaram os oceanos rumo ao Novo Mundo. Em consequência, os relatos desses viajantes passam a ocupar um lugar de destaque no mercado europeu. Em virtude de uma ampla circulação, estes relatos passam a contribuir consideravelmente para a formação de um imaginário baseado em lendas e histórias fantásticas sobre o Novo Mundo.

Portanto, muitas destas histórias fantásticas sobre o Novo Mundo, acontecia de duas formas, por transmissões orais e por texto escrito. A transmissão destas histórias em formas de contos e lendas influenciavam o imaginário da população europeia. Estas histórias e contos que circulavam pela Europa, consolidam-se como práticas criadoras de imaginários. Tais práticas nos chamam a atenção para o fato de que a leitura é por natureza uma prática não determinista. Pode-se dizer que as correntes teóricas que buscam compreender quaisquer produções literárias, atrelando tão somente ao contexto e às configurações ideológicas é, portanto, simplificar a literatura a um reducionismo. O processo de leitura atua na psique humana formando um mundo de fantasias, ao passo, que a ficção, em alguns casos, seja considerada mais 'real' do que os conceitos absorvidos empiricamente. A tal ponto que a experiência passe a desempenhar valor secundário diante do complexo de fantasias que formam o imaginário de um povo. Este processo, ocorreu na Europa do século XVIII, como aponta Flora Süssekind em seu livro, o Brasil não é longe daqui. O próprio título da obra nos remete às cantigas que circulavam pela Europa do século XVIII, referente ao Novo Mundo.

O imaginário que criamos por meio da leitura, lendas e contos, leva-nos a refletir sobre a nossa relação para com a realidade experimental. O encontro dessas duas naturezas parece se confundir de tal forma, que a percepção humana não seja capaz de diferenciar a ficção da realidade. Destarte, que os relatos de viagens não se resumem unicamente a seu contexto histórico, e também a literalidade e simbolismos que formam representações. Além do mais, o ato de ler é um ato cultural, e dependente de cada época as relações entre leitor- texto são diferentes. É dentro deste

quadro que procuramos discutir os relatos de viagens entre a história e a literatura. Entretanto, antes de falarmos da leitura, são necessários alguns comentários sobre os diferentes métodos de analisar um texto.

Destacam-se duas análises do texto que são fundamentais, uma delas é a crítica ligada ao método positivismo, e a outra é a análise imanente do texto. A crítica literária ligada ao método positivista parte de análise extrínseca ao texto. Ou seja, busca-se observar os elementos extraliterários. Ao passo que a crítica imanente parte do próprio texto. De acordo com a análise extrínseca a crítica é feita partindo da análise do autor, contexto pela qual o texto foi produzido, como as escolas literárias que forneceram os elementos estéticos, e a ideologia do autor. É uma análise que busca verificar em até que ponto o autor é filho de sua época. Este enfoque analítico se divide em algumas modalidades, eis-las: Crítica sociológica. Psicológica e arquetípica.

A crítica sociológica considera a literatura como expressão da cultura de um povo. Procura relacionar o escritor com a sociedade, este método procura ressaltar sempre o contexto. Entretanto, a crítica psicológica avalia uma obra de fora para dentro, o autor aqui é o ponto mais focal. Posto que, a sua personalidade é componente importante para a análise de sua obra. Este enfoque parte da premissa de que a arte seja fruto de uma personalidade psiquicamente fenomenal. A crítica psicológica, contudo, afasta as possibilidades metafísicas de inspiração para estudar os aspectos biopsíquicos do autor. De acordo com D'Onófrio este enfoque possui alguns problemas, tais como: primeiro, seria nula em um estudo de obras de autoria anônima. Segundo, confunde o 'eu' do narrador com o 'eu' do autor. Terceiro, transfere elementos do mundo real para o fictício. Quarto, consegue explicar apenas a gênese da compreensão literária e não a sua forma estética.

O filósofo Platão acreditava que o poeta estaria possesso de uma divindade. Esta questão, não se resume apenas a Platão, uma vez que a influência platônica associada mais tarde ao cristianismo veio a contribuir para estruturar o conceito de inspiração divina. Deste modo, os livros sagrados e a arte sacra são resultados da inspiração do Espírito Santo, ou o mito da musa inspiradora. No entanto, Aristóteles entende a arte como resultado do exercício das faculdades mentais, ou seja, fruto de um trabalho racional.

A outra modalidade da análise extrínseca é a crítica arquetípica. Este enfoque também se subdivide, portanto, o ponto central deste enfoque é a análise de modos, tempos, escolas literárias e os aspectos da cultura. Iniciando com uma análise histórica que são, teorias dos modos, como o trágico, o cômico e o temático. Analisa os símbolos e os mitos que compõem o pensamento que permeia o texto. (D'ONÓFRIO,1999)

Outra análise que conhecemos é aquela crítica que parte do próprio texto. É uma forma de exame que aborda os elementos estruturais dentro do próprio texto. Entretanto, antes de adentrarmos ao que é conhecido como crítica intrínseca, vamos trazer uma reflexão baseada no filósofo e romancista Umberto Eco. Eco critica a semiótica ilimitada, aquela corrente que aponta para o leitor, como aquele que dá sentido ao texto, pelo qual não deve ter critérios quanto à leitura. Para Umberto Eco a interpretação não é tão livre. Ou seja, a noção de uma semiótica ilimitada não leva a uma interpretação livre. A leitura segue alguns objetivos, não podendo chegar a qualquer conclusão. Nesta citação: " Um texto é apenas um piquenique onde o autor entra com as palavras e os leitores com o sentido. " (ECO,2005, p.28,). Esta frase foi proferida por Lichtenberj, no qual Todorov repetiu-a com um humor bem refinado. Esta ironia relatada por Umberto Eco aconteceu devido a algumas teorias da crítica contemporânea que atribui a livre interpretação ao leitor. Porém, a realidade é que nenhum texto é um piquenique onde qualquer um poderá ter a interpretação que lhe desejar. A leitura e o texto seguem alguns parâmetros.

Esta onipotência do leitor em relação à leitura, torna o texto vago. Posto que, as palavras trazidas pelo autor, são " um conjunto um tanto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar em silêncio nem em barulho. (ECO,2005, p. 28). O leitor não tem livre arbítrio se tratando em conclusões, pois sempre estará preso às palavras presentes no texto. Interpretar é compreender, porque uma palavra pode ter um sentido dentro do texto e não outro. Assim, quando todos que leem o conto da Branca de Neve, não irão entender que trata de uma pessoa de origem indígena, a título de exemplo. Embora, haja uma série de simbolismos, e possibilidades de interpretações que podem variar de acordo com a época, sempre haverá um limite para estas interpretações. E que mesmo que ocorra interpretações das mais variadas, sempre poderemos

lidar com algumas interpretações ruins. Todavia, para Eco, é impossível ter certezas da verdadeira intenção do autor. E sobre a liberdade interpretativa por parte do leitor, Eco alerta:

“Existe pelo menos um caso em que é possível dizer que uma determinada interpretação é ruim, segundo os termos da pesquisa científica de Popper isso é o suficiente para refutar a hipótese de que a interpretação não tem critérios públicos” (ECO, 2005, p.29).

Umberto Eco vai percorrer um caminho intermediário entre os críticos que defendem a tese de que é preciso descobrir a intenção do autor, para garantir uma boa interpretação, e daqueles que pendem para o lado do leitor.

A crítica intrínseca do texto, pela qual, baseia-se no método histórico-comparativo. É um método que contém um sentido imanente, ou seja, o sentido parte do próprio texto. Neste método destacam-se os aspectos linguísticos, formalista, estruturalista, semiólogo, fenomenológico, estilístico e temático. O enfoque linguístico vai se preocupar com as relações entre as palavras e as funções sintáticas. O enfoque formalista, vai partir da ideia de que um texto para ter literalidade deve, por sua vez, ter algum valor estético, como os elementos sintáticos e fonéticos. Do mesmo modo é o enfoque estruturalista, que compreende o texto como um grande organismo e dividido em formas. Ou seja, analisa as estruturas que caracteriza o texto literário, como as personagens, o enredo e a narrativa de um texto. O enfoque semiológico compreende a relação entre significante e significado. Um texto é um sistema de signos, cujo o objetivo é a comunicação. E o enfoque fenomenológico considera a obra literária como um fenômeno e como ele aparece aos olhos do observador. É quando o estudioso se depara com a obra isento de quaisquer preconceitos.

O fenomenólogo se aproxima da obra com a mente pura sem qualquer influência da crítica literária. A leitura de prefácios e de comentadores, acabam por agregar uma gama de percepções que podem interferir na análise de uma obra. A fenomenologia vai estudar o aspecto fônico, sintático, lexical, figural e ideológico do texto. Temos também o enfoque estilístico que é semelhante ao estudo retórico de uma obra literária. Esta análise acontece de diversas maneiras, primeiro: análise do estilo do plano do enunciado e análise do plano da enunciação. Segundo: Examinar o discurso literário entre o emissor e o receptor, pode ser um discurso indireto ou misto, monológico ou dialógico, estilo emotivo ou avaliativo. Terceiro, enunciado que estuda se alguns elementos fônicos, propriedades rítmicas e metódicos de uma frase. E por fim o enfoque temático que é considerado uma das mais tradicionais formas de análise literária. Esse enfoque foi revitalizado pelo método psicanalista, formalista e pelos estudos de arquétipos. Este enfoque vai se preocupar com o material narrativo cronologicamente organizados, motivos dinâmicos que diz respeito ao fazer das personagens, aos motivos estáticos que é a relação das personagens com o ambiente que os cercam.

O filósofo italiano, Umberto Eco, conta sobre a lenda do Califa egípcio, Amir Ibne Alas, que ordenou a destruição da biblioteca de Alexandria. O argumento era de que os livros lá encontrados não possuíam valor algum. Amir Ibne Alas julgou os livros com base nesta verdade. Eco diz que o Hermetismo do século II estava sempre em busca da verdade, no qual cada livro abriga em si uma centelha desta verdade. Então, os modelos racionalistas gregos entram em crise, porque é possível muitas coisas serem verdadeiras e ao mesmo tempo serem contraditórias. Mas, se os livros falam a verdade mesmo que se contradizem, quer dizer que cada palavra contida em cada livro possa ser uma alusão à verdade. Pois não existem um livro que seja suficiente para abranger toda a verdade. Portanto, para compreender estas palavras alegóricas era necessária uma revelação além da fala humana. Uma revelação superior que tenha mais autoridade que a fala humana. Um bom exemplo neste sentido são as leituras das sagradas escrituras, pelos quais, acredita-se na necessidade da revelação do Espírito Santo.

Observe que nestes casos, a intenção do autor é o que tem menos valor. No caso grego, esta intenção vinha de um sonho ou de um oráculo, e nos cristãos, do Espírito Santo. Sem a revelação de um ser superior, toda a verdade presente do texto, estaria em completo segredo. De outra forma, as palavras do texto possuíam sentido alegórico. A verdade sempre estaria sob a superfície de um texto. A verdade passa a identificar com aquilo que não é dito, ou que é dito de forma

obscura, precisando, contudo, de uma divindade para o seu devido esclarecimento. Esta divindade se revelaria por meio de uma classe sacerdotal, que possuísse a autoridade sobre os 'segredos' contidos nos textos sagrados.

A literatura como representação social de sua época passa a ganhar significado quando encontra os olhos do leitor, pois a partir de então outras interpretações ganham formas e passam a compor seu imaginário. É por intermédio da leitura que o escritor e o leitor se encontram. A leitura é a fronteira que une tempos diferentes e realidades distantes.

A realidade social é dinâmica, sendo impossível ser concebida em sua totalidade. Um bom exemplo é uma fotografia que retrata parte de uma realidade e nunca a sua plenitude. O texto literário assim como qualquer outro gênero artístico, comporta frações de uma estrutura bem mais complexa. E entre a realidade e o texto que a busca representar existe o crivo do olhar. Por isso, a existência de muitos textos sobre uma realidade e muitas realidades sobre um único texto. Então, a relação estabelecida entre o texto e o leitor é móvel a nível individual e variável a nível de sociedade.

Considerações Finais

Neste artigo foi feito uma análise do encontro entre a história e literatura. Embora com os desafios de conceitos de ambos os lados, há elementos em comuns, pelos menos na estrutura narrativa. A história precisa do texto para ser assimilada pelo leitor, todavia, precisa gravitar em torno do real. Na história não há espaços para possibilidades criativas e imaginativas peculiares da narrativa literária. Entretanto, a literatura, por sua vez, é permitida abrir asas para um real possível e idealizado.

O encontro da história com a literatura faz repensar no significado entre o real a ficção. E como o encontro destes dois antagonismos são indissociáveis. As pessoas usam a linguagem para conceber a realidade, porém, a realidade está para além deste alcance. Portanto, se faz necessário lançar mão da ficção. Por este modo, a ficção mesmo estando dentro do escopo literário, pode fazer-se fundamental para alcançar a realidade pretendida pelo fazer historiográfico.

Referências

ALOS, Peres Anselmo. **Literatura Comparada Ontem e Hoje: Campo Epistemológico de Ansiedade e Incertezas**. Revista Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2012.

Brasileira de Literatura Comparada. Porto Alegre, nº 7, p. 113-130, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001

D'ONÓFRIO, Salvatore. **Teoria do Texto 1**. São Paulo: Editora Ática, 1999

ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

HOOPER, Silvana Seabra. **Fronteiras de Literatura e História**. A escrita de Sérgio Buarque de Holanda em Caminhos e Fronteiras.2007.226f. Tese (Doutoramento em Estudos Literários) - UFMG, Belo Horizonte,2007.

JOSEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ,2005

LEENHARDT, Jacques (Org). **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas SP: Editora da Unicamp,1998.

LIMA, Luiz Costa. **História. Literatura. Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada. História, Teoria e Crítica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

NAVARRETE, Eduardo. Roger Chartier e a literatura. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/2660/2422. Acesso em 15 de abril de 2018.

Pesavento, Sandra Jatahy, **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006 Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/1560> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa tomo 1**. Campinas São Paulo: Papyrus Editora,1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa tomo III**. Campinas São Paulo: Papyrus, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem** — São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

TEIXEIRA, Ivan. Literatura como Imaginário: introdução ao conceito de poética cultural. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Fase VII, ano X, n. 37, out. nov. dez. 2003, p. 43-67.

Recebido em 09 de março de 2020.
Aceito em 14 de fevereiro de 2022.